



Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)

ISSN: 1984-6487

Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ)

Pires, Barbara Gomes

O legado das regulações esportivas. Diagnóstico e consentimento na elegibilidade da categoria feminina
Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), núm. 35, 2020, Maio-Agosto, pp. 283-307

Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ)

DOI: 10.1590/1984-6487.sess.2020.35.14.a

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=293364931013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Sexualidad, Salud y Sociedad

REVISTA LATINOAMERICANA

ISSN 1984-6487 / n. 35 - ago. / ago. / aug. 2020 - pp.283-307 / Pires, B. / www.sexualidadesaludysociedad.org

O legado das regulações esportivas. Diagnóstico e consentimento na elegibilidade da categoria feminina

Barbara Gomes Pires¹

> barbaragomespires@gmail.com
ORCID: 0000-0003-3943-8993

¹Núcleo de Estudos em Corpos, Gênero e Sexualidade – NuSEX
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Museu Nacional
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Copyright © 2020 Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Resumo: As regulações esportivas para definir a elegibilidade na categoria feminina são políticas antigas, datadas do começo do século XX, que atravessam disputas sobre o corpo, suas inscrições e possibilidades de futuro. De modo que a definição de um diagnóstico, com suas articulações de saúde, doença e cuidado terapêutico, concentram alguns atributos significativos para essa determinação de elegibilidade. Acompanhando um pouco da história da ex-judoca brasileira Edinanci Silva, vamos compreender como tais regulações constituem estratégias normativas de controle do corpo e da população, assim como mobilizam os cenários em que os sujeitos existem, se individualizam e cuidam de si. Essa difícil tarefa de consentir num contexto de crise, de risco e de humilhação diz muito sobre os limites dessas mesmas inclusões pelo esporte. No fim, também vamos entender porque a virilização feminina continua a ser medicalizada e importa mais do que a eficiência do rendimento esportivo propriamente dito.

Palavras-chave: intersexualidade; regulações esportivas; consentimento; diagnóstico; masculinidade feminina.

The legacy of sports regulations. Diagnosis and consent in the female category eligibility

Abstract: The sports regulations to define the eligibility in the female category are old policies, dating from the beginning of the 20th century, which go through disputes over the body, its inscriptions and possibilities for the future. In this sense, the definition of a diagnosis, with its articulations of health, disease and therapeutic care, concentrate some significant attributes for this eligibility. Following a bit of the history of former Brazilian judoka Edinanci Silva, we'll understand how such regulations constitute normative strategies for controlling the body, the population, as well as mobilizing the scenarios in which the subjects exist, individualize and take care of themselves. This difficult task of consenting in a context of crisis, risk and humiliation says a lot about the limits of these same inclusions by sport. In the end, we'll also understand why female virilization continues to be medicalized and matters more than the efficiency of sports performance itself.

Keywords: intersexuality; sports regulations; consent; diagnosis; female masculinity.

El reglamento del legado del deporte. Diagnóstico y consentimiento para la elegibilidad de la categoría femenina

Resumen: La normativa deportiva para definir la elegibilidad en la categoría femenina son políticas antiguas, fecha del comienzo del siglo 20, que pasan por disputas sobre el cuerpo, sus inscripciones y posibilidades de futuro. De modo que la definición de un diagnóstico, con sus articulaciones de salud, enfermedad y atención terapéutica, concentre algunos atributos significativos para esta determinación de elegibilidad. Siguiendo un poco de la historia de la ex-judoca brasileña Edinanci Silva, entenderemos cómo estas regulaciones constituyen estrategias normativas para controlar el cuerpo y la población, así como movilizar los escenarios en que los sujetos existen, se individualizan y se cuidan. Esta difícil tarea de consentir en un contexto de crisis, riesgo y humillación dice mucho sobre los límites de estas mismas inclusiones para el deporte. Al final, también entenderemos por qué la virilización femenina sigue medicalizada y es más importante que la eficacia del rendimiento deportivo en sí.

Palabras clave: intersexualidad; reglamento deportivo; consentimiento; diagnóstico; masculinidad femenina.

O legado das regulações esportivas. Diagnóstico e consentimento na elegibilidade da categoria feminina

Algumas histórias ressoam mais do que outras. Por motivos diversos. A quantidade de informação que recebemos hoje faz com que o tempo entre a leitura, comoção e capacidade de reflexividade sobre essas histórias – cada vez mais noticiadas e repetidas – seja encurtado. Então como fazer com que algumas histórias ressoem mais? Que continuem conosco. Uma possibilidade de certo seria compreender os caminhos de um legado. Seguir seja qual for as nuances de testemunho da disposição delegada. Mas quando uma história já foi narrada muitas vezes, foi incrustada em nosso imaginário coletivo de uma certa maneira, pode ser custoso tentar recompôr essa memória. Neste caso, é um exercício fundamental. A história vitoriosa de Edinanci Silva – um legado esportivo – está embolada com alguns insultos e violações. Ao mesmo tempo em que celebramos as conquistas de uma atleta excepcional, também demos espaço para que especulações, escárnios e violências fossem cometidas em nosso esforço de recontar seus feitos e descrever sua vida.

Então é evidente que este artigo, ainda que esteja empenhado em revisar criticamente esse legado olímpico por meio de sua memória, também pode pecar de uma excessiva exposição. Não tenho como fugir dessa implicação. Mas como estamos refletindo sobre *consentimento* no dossiê, importa frisar alguns pontos para situar a análise, primeiro, que este artigo é fruto de um capítulo de minha tese de doutoramento (Pires, 2020), onde reflito sobre a história de Edinanci dentro de um escopo mais amplo a respeito das regulações esportivas para a categoria feminina. Essa reflexão se deriva de uma entrevista feita com a ex-judoca, em São Caetano do Sul, São Paulo, durante o mês de abril de 2017. Ao longo de nossa conversa, Edinanci deixou bem registrado que é uma pessoa cuidadosa com sua vida privada. Essa cautela pessoal me fez aderir uma estratégia no processo de escrita da tese, uma escolha estilística de diluir sua narrativa dentro das argumentações propostas, para dar fluidez ao capítulo na medida em que incorporava suas observações, lembranças e qualificações textualmente (isto é, o texto foi configurado essencialmente pela entrevista, mas sem abusar de tantos trechos de citação literal), assim como para me responsabilizar primeiramente pela interpretação de seus fragmentos de vida dentro do contexto regulatório esmiuçado na tese.

Com esta conformação, o artigo se propõe a ser uma investigação antropológica a partir da retomada de eventos e sensações biográficas num recorte representativo muito particular. Para isso, o material do capítulo foi reduzido a fim

de unificar a discussão da elegibilidade esportiva na temática do consentimento. O segundo ponto é que qualquer trajetória esportiva vai se entrelaçar de modo mais ou menos desigual com regulamentações abrangentes que articulam a vida em sociedade (Farias, 2011). Então tento cruzar esses fragmentos da história de Edinanci com expectativas e ansiedades mais alargadas que compõem o esqueleto regulatório da elegibilidade esportiva para a categoria feminina: o desconforto com a “masculinidade feminina” (Halberstam, 1998). Assim sendo, faço algumas mediações sociais e reduções históricas,¹ com a finalidade de ilustrar como o *poder da exceção* ainda se fundamenta e funciona materialmente através de estratégias de controle do corpo.

A legitimidade médica, com todo o peso da autoridade científica, vai ser o ponto de encontro dessa experiência, o lugar onde vamos ler como o conhecimento acumulado e direcionado ao corpo sexuado (Butler, 2008) se transmuta em materialidade, seja em práticas hospitalares, seja nos discursos institucionais, seja na própria apreensão afetiva que a atleta vai incorporar e sustentar de si mesma. Essa não é, portanto, uma história de superação da adversidade, apesar de ser incontestável que Edinanci se transformou, persistiu e resistiu durante todos esses anos, mas sim uma história que está encravada na *gestão generificada* dos esportes modernos, uma administração que ainda vigora com a contínua integração hierarquizada das pessoas em um certo projeto corporativo ou uma determinada imaginação nacional.

O legado olímpico sob a ótica da memória e da desigualdade

Edinanci Silva saiu de Sousa, cidade do sertão paraibano, em direção à Guarulhos, São Paulo, em 1993. Ainda era uma promessa, não uma atleta formada. Começou a treinar tarde, aos quatorze anos de idade, mas rapidamente se envolveu com o esporte. Nessa época o judô estava – enquanto campo esportivo (Bourdieu, 2003) – se institucionalizando dentro do país. Os atletas tentavam se inserir em competições internacionais, especialmente a categoria feminina, na recém-criada modalidade olímpica. Adriana Brum (2016) detalha o cenário a partir de entre-

¹ Esse recurso interpretativo faz mais sentido com o andamento da tese, “A Gestão da Integridade” (2020), já que reúno outras histórias de regulações da categoria feminina no esporte de alto rendimento na medida em que considero que elas são entendidas (e incorporadas nesses processos científicos e somáticos) dentro de um esforço político mais ampliado – imaginativo e institucional – de qualificação do corpo sexuado por um prisma da “colonialidade do poder” (Lugones, 2008).

vistas com 16 ex-atletas da modalidade, onde muitas afirmam como o “conflito silencioso” e a “infiltração lenta e progressiva” marcaram a composição da categoria na busca por melhores condições de treinamento, estrutura, visibilidade, patrocínio e equidade financeira.

A desigualdade esportiva no judô era, como ainda é, sintomática. Ela representava um pouco de como o desenvolvimento se destrava e aos poucos, para alguns, finalmente avançava. Quando Edinanci saiu da Paraíba para São Paulo com o objetivo de se consolidar no esporte, esse deslocamento se deu por uma questão de necessidade, de vontade, mas também foi um certo desprendimento. Ela chegou a ficar dois anos sem ver os pais enquanto seguia a profissionalização. Era um momento de se readequar a um outro tipo de vivência, mais urbana, regulada, intensa. Foram várias as dificuldades de adaptação durante os anos ‘90. Quando ela parou oficialmente, em 2008, ainda não conseguia absorver tudo o que tinha vivido:

Eu conseguia antes tirar de letra porque eu tinha isso na minha cabeça, minha família, o resultado para a equipe feminina... Porque a equipe feminina tem que conseguir resultados positivos. Só assim a gente vai conseguir patrocínio para equipe. Tinha tudo isso daí que me empurrava e me motivava. Só que depois que eu parei eu vi que não era só isso, eu vi que era a rotina que eu tinha [também] e isso começou a me fazer falta. (...) Então, assim, para quem é adulta, é natural que você se afaste porque você tem que trabalhar em outra cidade e você tem a sua família, ou mesmo que você não tenha essa família, mas você tem sua namorada que acaba te acompanhando, então é fácil, agora para a criança, para o adolescente, isso é muito complicado, porque você está deixando o meio onde você se sente seguro e deixando sua cultura também para poder viver num meio totalmente diferente. Quando eu vim para cá, para São Paulo, eu vim com 17 anos, então eu vim com essa condição aí, com a condição de sobreviver, “eu tenho que fazer de tudo para poder captar recursos não só para mim, mas também para minha família”, mas de repente tudo mudou...

A mudança que se refere foi todo o escrutínio fisiológico e afetivo que se seguiu quando chegou no Sudeste. Conta como foi um baque, mas que a deu base para enfrentar outras dificuldades, até dentro das competições. Essa reconfiguração de si numa narrativa coerente mesmo com a fragmentação da memória, decidindo quais os eventos que importaram e como os sentimentos se assentaram, tem bastante sustentação analítica (Velho, 1988; Pollak, 1992; Bourdieu, 2006). De modo que tentamos recordar e anunciar alguma forma de coerência para a manutenção de qualquer tipo de *integridade*. Porque sempre vai ser estratégico compor de algum modo esse fluxo de memória para a (re)avaliação de um passado mal documentado, exposto, violado.

Mas como qualquer esquema de interiorização dos sujeitos, surgem algumas frestas na trajetória biográfica que buscamos recontar. Em vários momentos, Edinanci afirmava como a atenção psicoterápica dada ao grupo de atletas não era suficiente, principalmente quando a judoca se afastou da seleção brasileira. Sentia saudades de acordar cedo de manhã para lavar o próprio quimono. De estabelecer uma rotina diária de treinos. De competir. Retomar outro cotidiano, sem aquela expectativa e compromisso de disputar visando resultados de alto rendimento, passou a ser uma grande frustração. Afastando-se do contexto institucional e esportivo dos atletas de elite, Edinanci percebeu que aguentou até demais. Não foi somente uma saga biomédica de tudo o que tinha consentido e vivido para estar ali, era também dar conta da travessia, da autojustificação e da superação dessa enorme desigualdade:

A pressão interna é muito maior do que a externa. A externa você tira de letra, né, você não deu, [então] não deu, você usa os argumentos, mas a interna que é pior porque você se frustra com você mesmo, você acaba se colocando numa situação que muita gente não consegue perceber, eu falo “a gente”, os atletas, só consegue perceber isso quando você para. Aí começa a refletir: caramba, como é que eu tive capacidade de fazer isso? Foi ficar quatro dias sem comer e dois dias sem colocar uma gota de água no corpo, né, desidratar, desidratar, desidratar para poder conseguir chegar no peso. Como eu consegui aguentar toda aquela falta de estrutura? De viajar para países com temperatura diferente do Brasil sem agasalho, sem roupa, ou ficar em hotel que as condições eram precárias, a alimentação também precária. Então você fica pensando, se eu tivesse tido uma lesão, quebrado uma perna ou um braço, o que seria de mim?

Essa inquietação com as hipóteses se mistura com as memórias de entrega irrestrita e absoluta. Toda essa reminiscência em torno da *escassez* reverbera em um contexto nacional de quando o Brasil tentava mudar sua imagem pública. A desigualdade tinha sido renovada em oportunidade, esforço e mérito. O brasileiro da época podia sonhar e não apenas sobreviver. Uma conciliação provisória que culminou em dois grandes eventos esportivos com suas responsabilidades, bagagens e limites de inclusão social. A Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Durante o fim de 1990 e o início dos anos 2000, o “país do futuro” estava finalmente sendo materializado. Mas esses desejos e temporalidades sempre se condensaram em contextualizações simbólicas e materiais impensáveis, desiguais e disruptivas. A nossa memória coletiva é dura, principalmente quando realçamos histórias que concretizam a brutalidade com que de fato manuseamos nossa diversidade.

Nesse sentido, a vida de uma atleta de alto rendimento, num país estruturalmente desigual, que ainda tentava profissionalizar seus esportistas, estava sendo ajustada nesse equilíbrio de extremos. Esforçando-se ao máximo para trabalhar em condições precárias e, mesmo com os resultados promissores, ser avaliada, escrutinada e regulada com a finalidade de se afinar aos tipos ideais que organizavam um horizonte de inclusão pelo esporte. Em alguns momentos, as coisas transbordavam demais. Não tenho como desfiar a história esportiva de Edinanci sem passar por certos desconfortos generificados. Precisamente porque o caminho das regulações esportivas na categoria feminina se constituiu por dolorosas invasões que, marcando-as enquanto exceções da norma, permitiram com que o modelo imaginativo do *dimorfismo sexual* se tornasse momentaneamente estabilizado.

A experiência do tempo através da humilhação, do risco e da crise

Foram pelo menos quatorze anos dedicados ao judô de alto rendimento, onde participou de várias competições internacionais. Edinanci se deslocou para São Paulo com a ambição de concretizar a promessa que era enquanto atleta. Mas os primeiros anos foram extenuantes e difíceis porque se encontrou no meio de um redemoinho de questionamentos, dúvidas e escrutínios. A pressão institucional seguiu de uma pressão social avassaladora. Só que não era uma expectativa vivida somente pelas entidades esportivas, ela também queria resolver qualquer mal-entendido assim que possível, tinha que continuar competindo. Precisava descobrir muito sobre si mesma e sobre o que gostaria de fazer num momento em que tudo “acontecia ao mesmo tempo”.

Edinanci lembra como se sentiu presa a uma situação grave, com risco de saúde, quando descobriu que tinha que provar sua “estrutura feminina” para continuar competindo. Assim que chegou em Guarulhos percebeu um desconforto compartilhado. Tinha uma necessidade dos gestores de determinar seu “sexo biológico”. Ou era homem ou era mulher, não tinha meio termo. Os médicos diziam que ela era um caso muito especial, sem parâmetro de análise no país, por isso devia tratar sua condição de forma urgente para aumentar sua “expectativa de vida”. No Hospital São Paulo (HSP), indicaram que ela viveria somente até os “20-25 anos” se não procurasse algum tratamento. Foi a partir daí que começou a ficar com medo de seu próprio corpo.

Essa *urgência* que se deriva do diagnóstico e do tratamento ainda é um padrão no manejo das variações intersexuais, mesmo que publicações mais recentes na área médica estejam finalmente questionando a precocidade dos procedimentos (Lee *et al*, 2016). Usualmente, pessoas com variações intersexuais passam por ci-

rurgias e hormonioterapias com a finalidade de “normalização” ainda recém-nascidas, durante a infância e também na adolescência, porque há uma justificativa de que quanto mais cedo suas partes corporais estiverem em “congruência”, melhor para a inserção em sociedade (Pires, 2015). Mas como esses manejos são ainda mais tardios fora dos centros urbanos (Costa, 2018), Edinanci também foi responsabilizada pelo atraso em seu diagnóstico. Precisou descobrir o que acontecia com seu corpo para provar que não estava enganando ninguém.

Durante a conversa, confirmou o motivo de “fazer toda a bateria de exames foi a questão de ter mais um tempo”. Porque além dessa responsabilização, anunciaram um risco de uma má formação, um não funcionamento, um possível câncer, que estava a remoendo. Os médicos fizeram um prognóstico com remoção cirúrgica de duas glândulas endócrinas – um pedaço de ovário pouco desenvolvido e um testículo não descido que ainda secretava hormônios – além de receitarem medicamentos hormonais para evitar qualquer perda de funcionalidade no organismo. Também sugeriram uma clitoroplastia. Era uma alternativa cirúrgica drástica. Edinanci consentiu. Aceitou todos os procedimentos porque não só precisava garantir permissão para competir, queria estar bem. Lembra bastante de uma informação dada pelos profissionais de saúde:

Se você tem um corpo estranho no organismo, o teu organismo vai atacar o corpo estranho, porque ele vai entender que aquilo lá oferece risco pro seu organismo e pra sua saúde. Só que aquele corpo estranho tem formas de se defender e vai virar um conflito ali dentro. O que vai acontecer é afetar outros órgãos, afetar outras partes do seu organismo, e isso daí pode virar um câncer.

Em outras palavras, por um lado, o *risco* precisava ser rapidamente controlado. Porque ele se espalha e corrompe a “normalidade” instituída. Porque se não for reajustado, vai se acumular em erros e toxidades, virando uma crise ou um câncer. Ela precisava quebrar o suposto desenvolvimento patogênico. O risco comumente vai ser interpretado como algo que contamina ou desordena a coerência do “sistema” moral e social (Douglas, 1992; Beck, 1996). Neste sentido, são riscos que estão na dimensão da *ambiguidade* ou da *incerteza* dentro da constituição de determinada realidade.

O que busco associar aqui é a concepção de que o risco não seria apenas uma valoração sobre a probabilidade de certos corpos ou cenários, mas também uma incomensurabilidade dessa realidade que mesmo assim precisa ser mensurada e ajustada numa ordenação da diferença. Então o paralelo orgânico está muito próximo, pois implica numa avaliação do que se torna estranho e danoso para o organismo, assim como já era incongruente para o modelo normativo do dimorfis-

mo sexual que enquadra a capacidade de conceber e conformar todas as corporalidades (Fausto-Sterling, 2012). Esses riscos podem ser tratados como fabricações do próprio processo de alteridade que necessitam de adaptações prévias a fim de evitar um colapso do corpo sociopolítico.

A noção de crise já se referiu ao momento de julgamento e decisão do médico, exatamente para avaliar a progressão da doença (Roitman, 2014). Mas essa marca de temporalidade que condiciona uma decisão categórica sobre determinado evento ou corporalidade está cada vez mais antecipada, difusa e reflexiva. A expectativa do risco se embaralha com a gestão do presente e não apenas com as projeções imaginativas para o futuro. Podemos dizer que compreender o gerenciamento do risco de uma crise (ou, por sinal, de um diagnóstico) nos permite acessar quais escolhas costumam ser feitas para tornar algo mais visível e contornável (ou não) nesta disputa por legitimidade social.

Por outro lado, a ideia de *crise* enquanto enquadramento do real sempre existiu como uma sombra durante todo o século XX. De modo que as sensações de perda e desconexão se intensificam com essa virada do milênio, num tempo em que o mundo se tornava mais conectado e informatizado, mas que também era marcado por um movimento contraditório tanto de acesso quanto de abandono que ainda sintetiza esse período do “capitalismo tardio” (Da Hora Pereira, 2013). As políticas públicas que pensavam a *integração* das pessoas em sociedade – principalmente com a explosão da participação da sociedade civil organizada – esbarravam em pesadas dinâmicas econômicas e heranças oligárquicas. No arquivo online do jornal *Folha de São Paulo*, podemos recuperar várias matérias em que Edinanci, como outros judocas brasileiros, lamentam essa escassez, ilustrando a dificuldade de ser atleta no país e pleiteando por mais patrocínio.

Além dos custos da vida de uma atleta de alto rendimento, conta como, em 1997, ainda tinha que se preocupar em pressionar os gestores para ter um lugar para morar. As pessoas se deslocavam para os “grandes centros” para acessar mais oportunidades, direitos e bens, mas essa expansão do dito social não diminuía a urgência econômica que espreitava na forma da crise. Podemos dizer que um “estado de exceção permanente” (Agamben, 2004) sempre esteve latente, de maneiras distintas em vários países, aos funcionamentos mais efetivos e imperativos para manter uma certa exploração biopolítica circulando. A busca por uma experiência diferente, mais independente, fez com que ela suportasse dinâmicas desiguais para confirmar sua inclusão no esporte nacional:

Se você quer ter uma experiência diferente você tem que sair, tem que dar um passo à frente, porque senão você vai continuar pensando da mesma forma que todo mundo ali de onde você vive. Acaba acreditando que tudo

ali que você vive é de verdade. Só que essas coisas começaram aflorar na minha cabeça quando meu pai começou a me fazer pressão, “oh, você tem que trabalhar, você só consome, você não colabora”, aí você vai ficar questionando, “realmente, o que eu tô fazendo aqui não é certo, eu estou parasitando”. Isso daí foi o que me deu força para tomar coragem e vir para cá. Foi o que me deu força para superar tudo isso daí, todo esse preconceito, toda essa pressão por parte da mídia, né.

No livro *O Novo Tempo do Mundo* (2014), Paulo Arantes reflete sobre novos dispositivos de controle da vida e do mundo. O autor descreve como a transformação histórica em sociedade de risco ocorreu “precisamente [por] uma tremenda reversão de todos os horizontes modernos de expectativa” segundo um certo regime de urgência (Arantes, Ibid., n.p.). O risco se tornou intolerável porque, em sociedades “totalmente orientadas para o futuro”, elas passaram a “exigir um presente securitário máximo” (Ibid.). Dentro desse registro da urgência, todo um “trabalho sujo” feito pela máquina administrativa, desde estratégias punitivistas até técnicas disciplinares e burocráticas, podia acabar sendo sublimado no próprio teor da violência que se opera a fim de ser tratado como mais um trabalho de “ contenção da insegurança social e seus transbordamentos” (Ibid.).

Para Arantes, esse tempo futuro ensejado seria como um presente estendido, mas digo que também seria um presente altamente corporificado. Em meio ao controle dos fluxos da realidade (temporais, afetivos, financeiros, informacionais, entre outros), vemos a materialização de um minucioso e previsível projeto biopolítico a partir do funcionamento do diagnóstico, da segurança, da debilidade e da cronicidade. Porque não estamos falando apenas do ato de constituir-se através de uma violenta alteridade, mas deste trabalho cuidadoso de normalização de um estado de exceção disseminado. O risco aqui seria a regra. O que o autor chama da vida numa “sociedade securitária de risco” (Ibid.). Então para manter tal forma de governo funcionando, assim como antes, alguns vão ser tomados como desviantes, vulneráveis, perigosos.

No caso do mundo esportivo, essa normalização se dá pela classificação e regulação das atletas que arriscam a manutenção do regime de elegibilidade que compõe nossa desejada existência sexual. Não é uma comparação distante, porque a crise que condensa o risco é o estado da arte da debilitação. Quando Edinanci começa a buscar atendimento para entender e tratar seu corpo, entre 1995 e 1996, seu salário não dava conta de pagar a quantidade de médicos, exames e deslocamentos. Ela procurou atendimento na rede pública de saúde. Conta como, de certa forma, realizou uma permuta. Tentava se colocar como estudo de caso, já que explicavam que ela era tão especial, aí esperava respostas para os seus próprios anseios.

A justificativa desta negociação demonstra uma capacidade de agenciar seus próprios limites, porque mesmo numa experiência desigual e violadora, Edinanci tentou incorporar alguns direitos e conhecimentos. O conceito de *biolegitimidade* proposto por Didier Fassin (2009) contextualiza um pouco e ajuda a esmiuçar um conflito entre os direitos específicos (como garantia à saúde, autonomia reprodutiva, integridade corporal, entre outros) e o direito à vida em si. Ele percebe que uma “debilidade moral” movimenta as disputas atuais por legitimidade entre os direitos. Neste caso, a vida ganha mais valor para articular acessos e reconhecimentos sociais, deslocando politicamente algumas perspectivas a favor de outras, como a medicalização dos conflitos. Essa alternativa é interessante para compreender a dimensão da moralidade, valores e significados da vida, e não somente as estratégias, técnicas e governanças que constituem a realidade.

Entender essa distribuição desigual do valor da vida faz sentido quando discutimos como uma determinada “cidadania biológica” (Rose, 2007) se estabelece a partir dos agenciamentos médicos, institucionais e políticos. Para se tornar socialmente legítimo é necessário navegar numa economia desigual dos riscos, patologias e diagnósticos a fim de conquistar novas demandas sociomédicas. Por isso Edinanci explica que a *Confederação Brasileira de Judô* (CBJ) apenas apontou alguns caminhos, foi ela quem efetivamente procurou ajuda.² Até porque existia um “conflito de informações” que a fazia se preocupar com sua saúde, sua capacidade física e sua verdade pessoal. Tinha crescido achando que tinha um “dom” que se perdeu com a chegada à Guarulhos. Vemos que essa absorção da lógica biomédica sedimentou aos poucos sua própria expectativa esportiva com a experiência regulatória. Então acordar, treinar, competir e manter-se afetivamente integrada à seleção nacional era difícil quando seu futuro estava em dúvida, mas ela era responsável por negociar e aliviar essa suspeita com a *debilitação* do seu próprio corpo.

Nesse momento de diagnóstico, consentimento e cuidado terapêutico, havia uma ênfase no sofrimento vindo da indefinição. O trabalho de estabelecer essas fronteiras e demandas implica na preservação de alguns corpos em detrimento de outros. Edinanci conta como chegou a pensar em se mutilar. Ela foi encaminhada para um acompanhamento psicológico, tanto para reafirmar sua identidade de gênero, como para se certificar de que realmente queria retirar as gônadas. Eram decisões importantes de caráter irreversível que tinham que ser aceleradas para o mais breve retorno esportivo. Só que, para ela, “o medo era tão grande que aquilo

² A cobertura jornalística da época aponta que a CBJ assumiu a responsabilidade pelo tratamento da atleta em conjunto com o médico Eduardo De Rose, que na época era membro da Comissão Médica do COI.

lá não se resolvesse que eu cheguei a pensar em me mutilar". O tempo da decisão, do descobrimento, do tratamento, todos eram vividos em temporalidades diferentes das urgências regulatórias. No fim, ela consentiu, mas foi uma demanda que se acelerou com o medo do câncer e o risco da ambiguidade que perdurava sem resolução.

Arantes (2014) também descreve formas de alienação do trabalho com a finalidade de autopreservação dos sujeitos que atuam em situações precárias, mas podemos dizer que há um movimento paralelo de desumanização dos sujeitos que, de outra maneira, arriscam a autopreservação desse sistema regulatório. O tempo da espera, zelo ou alienação proposto como estratégia disciplinar contemporânea acentua uma sensação crônica de captura e debilidade criada pela gestão do presente. Esse presente requer uma aceleração do futuro no agora. Um certo achamento das expectativas. Busco este contexto de análise para entender de que forma nossa imaginação fomenta corpos políticos e identitários, aprisionando-os nesta dinâmica do tempo presente, onde a espera atualiza a expectativa num *tempo morto* (por exemplo, na administração de "checkpoints" e "triagens"), mas também se atualiza enquanto *humilhação*.

O tempo morto é humilhante por si só quando é administrado para ser racionalmente violento. Dito claramente, quando fazer esperar já é punir. Constatamos isso com a burocracia das precarizações e peregrinações documentadas pelo próprio Estado (Souza Lima, 2002). Mas há uma outra forma de humilhação na violência da espera, da dúvida e da disciplinarização dos corpos. Edinanci repetiu diversas vezes que, não importava sua colocação em qualquer competição, seja internacional, mas principalmente nacional, ela era sempre sorteada para se submeter ao antidoping. Neste período, a *Federação Internacional de Judô* (IJF, em inglês) ainda realizava os procedimentos de "verificação de gênero" com o exame de PCR pedido pelo COI (Pires, 2016). Mesmo quando a entidade suspendeu momentaneamente as testagens sexuais, em 1999, a IJF continuou com os testes nos campeonatos mundiais da modalidade, justamente a partir de sorteios (Simpson *et al.*, 2000; Bohuon, 2015).

A testagem antidopagem foi desenvolvida para ser uma regulação técnica, isonômica, precisa e asséptica para lidar com o *fenômeno do aprimoramento* nas modalidades esportivas de alto rendimento (Henne, 2014). Nessa tentativa de "purificar" o corpo do/a atleta de elite, foi elaborada uma série de procedimentos uniformes que precisavam de protocolos, objetos invioláveis, técnicas específicas, enfim, uma cadeia de eventos científicos e administrativos interligados para manter a *integridade* tanto da amostra em análise quanto do/a atleta em questão. Essa preocupação com o fluxo dos processos ocorre especialmente por uma mudança nas políticas e nas formas de detecção dos controles antidopagem a partir da década de 1990 (Silbermann, 2014). Ainda assim, Rebecca Ann Lock (2003) explicitou

muito bem como o *perigo* do doping feminino sempre residiu mais no fracasso em performar corretamente a heterossexualidade feminina do que na ameaça do uso de substâncias ilícitas. Por isso, acusações de *virilidade* e de *lesbianidade* compõem os principais marcadores que mobilizam o processo de antidopagem na categoria feminina (Silveira, Vaz, 2014).

Edinanci comenta como a rivalidade entre as atletas espelhava o mesmo registro, muitas vezes a acusavam de ser “homem” entre competições, como forma de a desqualificar e a constranger por ter ganhado. Cláudia Kessler (2015) relata situações de futebolistas brasileiras que também passaram por situações humilhantes e xingamentos diversos porque apresentavam força e habilidade excepcionais para a esperada feminilidade esportiva. Essa pedagogização do corpo e da performance está disseminada nas competições, mas também nos treinos, nos vestiários, no dia a dia. Edinanci explica como aprendeu a se expor, isto é, ela precisou demonstrar corporalmente que pertencia à categoria de mulheres. Começou a tirar a roupa na frente das atletas, fazer a pesagem nua, tomar banho sem tanta timidez, abrir um pouco da sua intimidade e do seu corpo para que as *suspeitas* e os *incômodos* diminuíssem.

Neste mesmo escopo, a testagem antidoping realizada em grandes eventos competitivos acontece com a atleta direcionada para uma estação de controle de dopagem, sempre em constante observação, onde escolhe um frasco inviolável para urinar com a agente de controle do mesmo gênero presente no banheiro. Essa necessidade de constante visualização foi repetida em várias regulações como um “facilitador” a fim de se descobrir os níveis de virilização da genitália externa da atleta e, consequentemente, a necessidade de investigá-la ou não. A atleta é responsável pela manipulação de todo o procedimento, escolher os frascos, dividir a urina em amostra A e B, selar os potes etc. A cadeia vai seguir de maneira criteriosa até o laboratório cadastrado pela Agência Mundial Antidoping (WADA).

Para além da constante repetição de Edinanci no sorteio de antidopagem, podemos inferir pelos procedimentos regulatórios que eles se concretizam por várias camadas de escrutínio, desde a observação física até a análise do material biológico. Todas essas partes estão interligadas: a dúvida do risco, as técnicas de controle, a espera do resultado – todas estão conectadas à camada de humilhação que convive com uma incerteza de gênero que afronta a estabilidade do sistema sexuado. O anseio acusatório que envolve essas tecnicidades se revigora com a necessidade moral de desmascarar virilidades em corpos femininos. Ou seja, o risco perseguido pelas regulações esportivas só existe a partir da moralização da masculinidade feminina que espelha uma distinção hierárquica do dimorfismo sexual. Podemos dizer que essa humilhação tem *duplo valor*, ela é normalizada porque é necessária para a sustentação dessas práticas invasivas e regulatórias, onde atletas como

Edinanci se tornam responsáveis pela quebra da suspeição ou pela manutenção de sua idoneidade, mas também é venenosa porquê de antemão atinge e marca mais alguns do que outros. Essa última, a *humilhação venenosa*, ela vai reverberar.

María Elvira Díaz-Benítez descreve como a humilhação pode ser um ato e simultaneamente um sentimento “que se desdobra em e se constitui por meio de outros múltiplos atos e emoções” (2019, p. 53). Justamente porque são emoções complexas que existem como “atos relacionais” ou como “formas de comunicação” (Gregori, 1993 e Coelho, 2001 *apud* Díaz-Benítez, *Ibid.*, p. 54). Em sua análise, busca demonstrar como os efeitos – o que reverbera – dos atos e sentimentos de humilhação funcionam como uma forma de “diminuição ou aniquilação de corpos femininos” (*Ibid.*, p. 55). Podemos dizer também que os atos e as técnicas regulatórias afetam profundamente, que são acionadas de modo desigual a partir dos marcadores sociais da diferença (Piscitelli, 2008), assim como têm efeitos materiais e psicológicos diversos – especialmente na construção de si, com autoestima, força, solidariedade aos poucos se debilitando com a continuidade e o espraiamento das práticas e sensações humilhantes.

Neste sentido, a humilhação é intimamente generificada, assim com o risco debatido é um cálculo do que se desvia da norma dimórfica. São operações e sensações que não têm descolamento. Para controlar a elegibilidade esportiva é preciso humilhar alguém. Dito de outro modo, a humilhação se encontra num enquadramento em que pesam estratégias de risco, crise e segurança para a manutenção do sistema de sexo/gênero que também integra o mundo esportivo. As categorias não são acionadas apenas enquanto operações de autonomia ou consensualidade no tecido social, como ocorre em práticas de caráter mais sexual e afetivo, porque o risco ou a humilhação não se findam no empreendimento das pessoas envolvidas, ou seja, as regulações esportivas permanecem, se institucionalizam e se transformam com o tempo.

Todas essas variáveis explicativas surgem como uma forma de cicatriz que modula o entendimento e a gestão das práticas regulatórias. Porque no fim, é claro, a “preocupação com a segurança e com a consensualidade funciona como uma espécie de ideal”, assim como a noção de tempo e de crise, no sentido de que “nenhum desses termos é facilmente acessível ou garantido” (Gregori, 2010, p. 197), nem pela sociabilidade, nem pela moralidade. As ficções e técnicas se juntam aos atos, afetos e memória numa gestão do emaranhado regulatório, para manter essa sustentação imaginativa que, em outros cenários e em outras histórias, também organiza as convenções e relações entre violência, gênero e erotismo.

SRY, o rendimento esportivo e as nuances da determinação sexual

Esse presente altamente corporificado, parodiando a análise de Paulo Arantes, acontece quando a expectativa se avizinha a ponto de se fundir com a experiência – quando esse tempo de imaginar outras possibilidades se condensa no achatamento das escolhas cotidianas – então a necessidade de controlar as variáveis, os riscos e as alternativas se torna mais urgente. Mas alguns corpos são sempre mais prioritários do que outros e, nesta realidade, o presente que atualiza a imaginação se faz mais palpável pela justificativa biológica. Podemos dizer que é a forma mais legítima, num mundo da *racionalidade encarnada*, de explicar a verdade e o ordenamento das coisas.

Os genes e os hormônios surgem como gatilhos poderosos na constituição dos sujeitos e na gestão da realidade. Em 2013, o jornalista David Epstein publicou *The Sports Gene*, onde tenta desfiar as complexidades do debate entre “natureza” e “cultura” no mundo esportivo. A constatação geral de Epstein é de que existem corpos extraordinários, verdadeiros “big bang” corporais, que são moldados desde o começo para a competição de modalidades específicas. Esses tipos corporais se desenvolvem com o trabalho individual, somado aos diversos aspectos estruturais que sustentam o treino de alto rendimento, mas existiria uma facilidade de certas fisiologias em atingir uma excelência esportiva. No fim das contas, para o autor, o melhor gene para essa tarefa seria o “SRY”, a região do cromossomo Y que determina o desenvolvimento e a diferenciação masculina.

Não é uma explicação nova, mas é uma potente síntese desta realidade. A busca pela precisão biológica é uma característica dessas últimas décadas, onde se proliferaram técnicas, estudos e tratamentos com base em sequenciamento e mapeamento genético, tanto para descobrir riscos e frequências de certas variações congênitas, como para estabilizar consensos sobre certos conhecimentos. Para ilustrar, as pessoas intersexo eram classificadas e diagnosticadas numa terminologia patologizante em torno do “pseudo-hermafroditismo” que vagarosamente foi se alterando para termos mais técnicos, objetivos e descriptivos como “DDS 46, XY”³ ou “Síndrome de Insensibilidade aos Andrógenos” (Pires, 2015).

Essa etiologia genética pautada pelo controle hormonal ocupa um lugar que

³ DDS é sigla para *distúrbios do desenvolvimento sexual*. Foi uma terminologia adotada em 2006 com a atualização médica e científica proposta por um grupo que ficou conhecido como “Consenso de Chicago”. Também foi debatido e modificado as formas de manejo hospitalar da intersexualidade. Em 2016, este grupo – mais expandido em termos globais e de ativismo – atualizou outra vez os guidelines de classificação e de gerenciamento médico. Desde então, passaram a utilizar *diferenças* em vez de *distúrbios*, demonstrando um certo consenso pela despatologização dessas condições.

foi anteriormente dominado pelas gônadas e serve, ainda hoje, como indicativo para os manejos dos atendimentos hospitalares. Mas sabemos pouco sobre o papel de transcrição e regulação genética no corpo humano. Tradicionalmente a determinação sexual continua a ser pensada a partir da presença ou da ausência do gene SRY e, consequentemente, do cromossomo sexual Y (Damiani, Dichtchekian, Setian, 2000). Com os avanços dos estudos da biologia molecular, começamos a conhecer alguns dos genes que estão envolvidos no desenvolvimento sexual e nos casos de intersexualidade, por exemplo, situações onde há a translocação do gene SRY no cromossomo sexual X, de modo que se desencadeia na vida intrauterina uma diferenciação masculina, mesmo com o cariótipo 46, XX (Damiani *et al*, 2005). Também se sabe que existem outros genes autossônicos e/ou ligados ao X que seriam responsáveis pela cadeia de determinação gonadal e sexual (Domenice *et al*, 2002; Mello, Assumpção, Hackel, 2005; Ohnesorg, Vilain, Sinclair, 2014).

Desembaraço este cenário porque Edinanci não lembra exatamente qual seria sua condição de intersexualidade. Sabe seu cariótipo, mas não teve uma informação detalhada sobre qual seria a classificação médica do seu diagnóstico dentro de uma codificação clínica padronizada. No artigo *Gender Verification in the Olympics* (2000), nove profissionais de saúde que em algum momento da vida atuaram com regulações esportivas para a categoria feminina indicaram que das oito atletas em triagem pelo teste de verificação de gênero feito em Atlanta 1996, sete tinham Síndrome de Insensibilidade aos Andrógenos e uma “provavelmente” tinha Deficiência de 5 -redutase, mas havia feito uma gonadectomia,⁴ por isso também foi liberada para competir. Não sabemos se seria o caso de Edinanci, que realmente se submeteu aos procedimentos clínicos e cirúrgicos para continuar elegível no Brasil, de todo modo, esta condição se deriva de mutações no gene SRD5A2, que codifica a enzima 5 -redutase, assim como também media o seu funcionamento gonadal.

Em cariótipos 46, XY a enzima atua na conversão da testosterona (T) em di-hidrotestosterona (DHT), ou seja, sintetizando um hormônio androgênico mais potente que é um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da genitalia externa durante a vida intrauterina, além de virilizar os caracteres secundários durante a puberdade. Quando há alguma “deficiência” neste funcionamento, a pessoa – ainda que possua um sexo cromossômico tipicamente masculino – vai desenvolver um fenótipo mais ambíguo ou feminino. Usualmente, designa-se como menina ao nascer. Não se sabe ao certo como acontece um processo mais brando de virilização durante a puberdade, especula-se que seja pela atuação da testosterona que “sobra” na gônada ou pela biossíntese da mesma enzima 5 α -redutase só

⁴ Significa, literalmente, o corte ou a extirpação das gônadas sexuais.

que codificada pelo gene SRD5A1 – são três tipos de genes, o tipo 1 se ativa no fígado, partes do cérebro e na pele (Thiele *et al*, 2005).

Mas as duas gônadas retiradas por Edinanci quebram esta narrativa. Seria um caso que só existiria um tipo de gônada para extirpar cirurgicamente.⁵ Como a falta de informação plenamente esclarecida é uma composição que integra negativamente o manejo do paciente com variação intersexual (Tamar-Mattis *et al*, 2013), esse ciclo se reproduz em outros lugares, especialmente com os discursos desinformados, acusatórios e sensacionalistas que se proliferam nas mais diversas publicações midiáticas. O consentimento esclarecido e a autodeterminação das pessoas que têm variações intersexuais com seus próprios corpos são acionamentos truncados, trazendo à tona toda essa desigualdade sociomédica, ao mesmo tempo em que também evidenciam a necessidade ética de repensar prognósticos e alternativas para essas “urgentes” *esterilizações* (Pires, 2015, p. 43).

Garantir a integridade física das pessoas com alguma condição de intersexualidade esbarra sistematicamente nessa falta de conhecimento aprofundado e disseminado sobre o corpo sexuado. Só que o desconhecimento dessas nuances da determinação e diferenciação sexual não é exclusividade do meio jornalístico, encontramos a mesma dificuldade em qualquer área da sociedade civil ou acadêmica, até em grupos de especialistas de saúde. Mesmo com os diversos exemplos de variações corporais que fogem de qualquer padrão ou de frequência de “normalidade”, essas diferenças do corpo físico ainda são compreendidas como *desvios* de uma lógica do desenvolvimento que continua a ser reforçada, repetida e regulada como algo que estaria plenamente descoberto e definido. Parte da integração social ocorre, então, pela *exclusão constitutiva* (Butler, 2019) desses que se percebem ou que são mobilizados à margem do campo de inteligibilidade biológica e cultural.

Edinanci designou toda cobertura midiática como uma exposição sensacionista de sua vida. Principalmente quando essa cobertura passou a afetar e a expor sua família. É preciso esclarecer que a lógica do manejo da intersexualidade ainda é muito centrada no *silêncio* e no *sigilo*. Na maior parte dos casos, esses aspectos estão imbuídos na construção de uma “carreira moral” do sofrimento que tende a caracterizar e mobilizar um discurso de “bem-estar” biomédico (Pires, 2015, p. 90). Anacely Costa (2018) escreveu um capítulo cuidadoso em sua tese mostrando algumas buscas individuais de pessoas intersexo pela reconstituição de suas memórias e identidades, afastando-se da “cadeia de silenciamentos” e do “estra-

⁵ As matérias que encontrei desta época indicam que a atleta passou por uma “orquiectomia”, isto é, procedimento para a retirada cirúrgica dos “testículos” que podem não ter se desenvolvido nem descido. Contudo, reafirmo a informação dada pela própria Edinanci em nossa entrevista de que removeu as duas gônadas, ambas com pouca funcionalidade.

nhamento” que perpassa a experiência da intersexualidade no encontro com o tratamento médico.

De modo que é evidente que há um impacto negativo dessa devassidão feita pela imprensa que se agravou com o escrutínio público em alguém que não sabia de sua condição de intersexualidade (França, 2009). Dentro de uma família que desconhecia a situação de seu corpo como uma urgência social. Edinanci nunca considerou esse corpo mais virilizado como um problema médico, então a insistência em descobrir uma verdade biológica por trás ao abordar seus familiares e amigos foi um momento de muita angústia que chegou a pensar em parar com o esporte. Era extremamente exaustivo lidar com essa atenção, principalmente porque ela internalizava a dúvida que vinha com o escrutínio. “Sabe, aí você fica pensando se realmente: será que não é covardia? Então em algum momento você ao invés de dá 100%, você dá 60%. Você se encolhe por conta desse tipo de crítica”. Em Atlanta 1996, foi o ápice:

Virou aquele circo. Era o que estava na mídia, era o que todo mundo se interessava, era o que a imprensa inteira vendia. Então, assim, o assédio da imprensa foi muito grande. Por mais que eu falasse, “não, você vai sentar e vai escutar tudo o que está acontecendo”, quando ia sair a matéria no outro dia estava totalmente distorcida.

Essa constante exposição se traduzia na experiência da humilhação venenosa que pontuo antes, pois sai de uma dinâmica relacional mais ordinária para uma forma de espetáculo que perdura com o tempo. A exposição pública causa vergonha e sofrimento porque impõe uma reorganização afetiva, corporal e social da realidade anteriormente constituída. Acontece através de um escrutínio sem controle, sem responsabilidade, sem mediação para estabelecer qualquer tipo de consentimento sobre sua trajetória de vida. É uma humilhação que encarna o dano da desigualdade ao expor publicamente os incômodos e as generalizações compartilhadas no campo mais alargado da sociedade.

Na época, uma publicação da Folha de São Paulo descreveu como Edinanci recebeu o resultado da liberação do “teste de feminilidade” com um “Parabéns a Você” cantado por colegas e gestores da CBJ no alojamento.⁶ Podemos dizer que é o mesmo tipo de gramática que Díaz-Benítez chamou de “prazer pelo vexame” (2019, p. 68), quando fofocas, discussões e pequenas humilhações disseminadas

⁶ A matéria pode ser lida no seguinte link: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/19/esporte/11.html>

são normalizadas como algo trivial, excessivo e divertido de ser consumido, neste caso, elas foram reiteradas como algo aceitável de ser exposto e noticiado para garantir sua elegibilidade no esporte.

Então as situações se repetiam e se desenrolavam para produzir uma certeza sempre tênue, causando uma humilhação que ecoava em outros atos e emoções, como a vergonha, o estigma e a culpa. Afetos que desencadeavam novas maneiras de se relacionar consigo mesma e com o mundo. Toda essa experiência produziu filtros e limites em como passou a interagir com o mundo. Passou por vários conflitos dentro da equipe porque queria se resguardar, então se blindava, não queria muita aproximação fora do ambiente de trabalho. Selecionava os amigos. “Passei a desconfiar de telefone grampeado. Passei a desconfiar de pessoas que estavam se aproximando de mim”. As situações de exposição e de humilhação a magoavam pelo enorme desrespeito num contexto de latente vulnerabilidade. Por isso estabeleceu um tipo de “cercadinho” para poder retomar sua própria rotina, viver bem, sentir-se segura novamente.

Edinanci participou de diversas competições internacionais. Conquistou medalhas em Jogos Pan-Americanos e Mundiais de Judô. Foram quatro Olimpíadas pela seleção brasileira. Sua melhor classificação foi em Pequim 2008 quando conquistou o quinto lugar. Depois dessa colocação, ela decidiu se aposentar porque “tinha consciência de que os resultados não ultrapassariam aquele último”, no fim das contas, “a tendência é decair”. Dentro deste registro técnico e afetivo que estamos discutindo, podemos questionar: que *virilidade* é essa que amedronta e incomoda, mas que não se traduz num rendimento indiscutivelmente vantajoso? Ela comenta que no Brasil, ou na América do Sul, seus resultados eram “excepcionais”. Só que quando chegava em eventos internacionais mais abrangentes ela “estava apenas ali junto”. Podia subir no pódio, mas em alguns momentos “nem subia em pódio por conta dessa questão de treinamento” que era muito desigual.⁷

Há um desconhecimento profundo sobre as nuances da determinação sexual e as diferenças materiais que existem em termos de fisiologia, funcionamento generificado e rendimento esportivo. Ainda não temos como saber, pela literatura médica consolidada, se atletas com variações intersexuais possuem algum tipo de vantagem esportiva. É uma constatação recorrente que de fato ainda não podemos mensurar. Sabemos que essas atletas possuem corpos com variações inusais,

⁷ A primeira matéria do jornal *Estadão* arquivada na internet sobre Edinanci, em 2001, fala como os judocas ainda faziam uma “vaquinha” para cobrir os custos de uma viagem preparatória para o Mundial daquele ano, na Alemanha. A matéria pode ser lida no seguinte link: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,judocas-fazem-vaquinha-para-viajar,20010516p52204>

com particularidades orgânicas diversas, ou seja, suas corporalidades destoam da frequência de “normalidade” por inúmeros motivos, entre eles, pela capacidade distinta de biossíntese e recepção androgênica. Só que essas diferenças não causam risco de vida nem correspondem a rendimentos esportivos que sejam tão fora da norma estabelecida dentro da categoria feminina. Temos os números, temos as colocações, temos os resultados que nem sempre chegam com medalhas.

Edinanci nunca buscou compreender as minúcias dos guidelines e protocolos, disse que como sempre se sentiu “psicologicamente mulher”, nunca foi atrás de referências para entender seu organismo a fundo, ela confiava nas discussões estabelecidas pelo ambiente biomédico. Mesmo assim, no fim de nossa conversa, ela fez a seguinte reflexão: “por que que eu, com a minha condição que era uma condição tão especial e tão assustadora pro meio, não conseguia ir além daquilo que eu oferecia? Se era algo tão inédito e tão especial, eu iria sobrar”. Essa concepção de *sobrar atleticamente* está disseminada com a constatação de que os corpos mais virilizados, consequentemente mais masculinos, resumem a epítome da capacidade esportiva. Uma capacidade que não poderia abarcar as feminilidades nem as experiências de masculinidades femininas. Mas, como vimos, não é uma lógica sempre verdadeira nem justa com a realidade ou os sujeitos.

A história de Edinanci cruza, em vários momentos, com a institucionalização do judô, do controle antidopagem e das *testagens sexuais* no país. A ex-judoca passou por um processo de debilitação crônica do seu corpo para garantir a elegibilidade feminina. Mesmo com todas as mudanças físicas e os efeitos psicológicos, tentava continuar com a rotina de treinamento do alto rendimento. “Eu me forçava a isso”. Repetia a justificativa de que queria utilizar o judô, toda a estrutura que tinha à disposição na época, além da atenção (mesmo que negativa) por parte da imprensa, para descobrir mais sobre sua própria condição de intersexualidade. De modo que Edinanci atuou não só para descobrir e tratar uma variação biológica que todos qualificavam como perigosa, mas também tentou reparar um pouco dessa *dúvida generificada* através da concessão aos dispositivos médicos, sociais e regulatórios.

Seu corpo com variação intersexual foi tomado como *atípico* para a categoria feminina, constituído desde o começo como algo *anormal* fisiologicamente por ser considerado muito viril para os padrões da feminilidade hegemônica, foi escrutinado normativamente e deslocado para se conformar com procedimentos irreversíveis, mesmo que seu rendimento esportivo nunca tenha sido fora da média para o judô feminino internacional. Se Edinanci realmente tivesse a “deficiência

de 5 -reductase”, como foi registrado no artigo dos gestores das entidades esportivas (Simpson *et al*, 2000), ainda que visualizassem uma alteração em sua taxa de testosterona em qualquer tipo de controle antidopagem ou de feminilidade, seu corpo nunca teria uma boa biodisponibilidade para sintetizar ou responder à ação de alguns hormônios androgênicos, mas outros hormônios não-androgênicos fora do escopo do controle regulatório ainda estariam em pleno funcionamento, como o GH e o IGF-1, hormônios proteicos conhecidos por também participarem da construção de musculatura no corpo humano (Bogin *et al*, 2015).

De modo que esse tipo de certeza científica sobre hormônios e rendimentos ganha legitimidade com o diagnóstico, mas se constrói e se estabiliza através dos vários níveis de protocolos, técnicas e processos feitos em laboratórios, hospitais e outras redes de conhecimento mais amplas, que ecoam mediações de caráter cultural. Essas certezas hormonais são fundamentadas por marcadores sociais bem visíveis. As escolhas dos critérios de elegibilidade ou dos atributos de virilização expõem a via de mão dupla onde se cria a realidade que se deseja mediar. O diagnóstico embasado em taxas, laudos e imagens garante o peso do código biológico num movimento posterior ao escrutínio semiótico que engendra a regulação da feminilidade esportiva. Não interessa a funcionalidade da musculatura em si, o que definitivamente importa é o grau de virilização, em suma, regula-se sempre a aparência da perigosa masculinidade feminina.

São estratégias normativas que se constituem em regulações de campos populacionais porque mobilizam e limitam as formas com que os sujeitos existem, se individualizam e cuidam de si. Em outras palavras, *como* se produz conhecimento técnico, médico e científico *afeta* o modo com que essas atletas vão ser examinadas, diagnosticadas e tratadas. Essas verdades científicas deslocam experiências individuais anteriores com a absorção da lógica medicamentosa e intervencionista. Uma transformação que não acontece sem custos. Mas a incerteza e a ambiguidade, que se qualificam mutuamente, impregnam tanto os modos de socialização quanto as formas de regulação. Assim como a humilhação, todos esses afetos persistem porque não há como fechar o ciclo de suspeição. A atleta está marcada no tempo. O valor do *dimorfismo sexual* persiste.

Para dar conta desse processo regulatório, também vimos como transcorreu formas de negociação e encaminhamento que pavimentaram um consentimento truncado, dolorido e pouco esclarecido com a finalidade de conquistar a elegibilidade esportiva. O anúncio dos riscos e das suspeitas serviram como estímulos que mobilizavam o percurso para a garantia de direitos e biolegitimidade. A possibilidade de agência está embaralhada nessas inscrições legítimas ou arriscadas de ter um corpo designado, visível e celebrado. De fato, há uma estratégia de *controle consentido* que busca fugir do risco, da incerteza e da ambiguidade para então

resguardar essa dimensão de excepcionalidade como fundamento da existência política. Mas o paradigma regulatório da categoria feminina não se encerra com a trama do consentimento da história de Edinanci porque essas lógicas, atendimentos e procedimentos não são tensionados internamente.

O valor do dimorfismo sexual persiste porque ainda “recai no colo de um humanismo que também se constitui como sexuado e binário” (Pires, 2015, p. 114). Mas a *biologia* não é uma montagem lisa nem uniforme de fatos científicos puros, independentes e neutros, na verdade é um complicado processo de significação, produção e materialização que se desenrola sobretudo na esfera sociopolítica. O corpo biológico não existe isolado, destituído de significados ou de direitos, a realidade encarnada sempre vai se efetivar na interseção de todos esses aspectos biopolíticos em disputa. Temos que atentar para a constituição complexa das corporalidades e observar que essas tentativas de as destrinchar em modelos, arquétipos e investigações (dentro e fora do esporte) trazem à tona dificuldades éticas em lidar com o consentimento, a autonomia e a privacidade.

O grande problema desse *desejo* pela disposição binária é que ele mascara a semelhança e a sobreposição, enquanto morfologia e funcionamento do corpo encarnado, para então acentuar nuances e variações fisiológicas em categorias sexuadas supostamente estáveis. Afinal, qualquer diferença disputada está imbuída de valor. Mas não é apenas a elegibilidade esportiva que se mantém com a exigência da regulação de corpos femininos *excessivamente* masculinos. Também é a vitalidade que se desloca de um corpo íntegro, saudável e produtivo para encarnar um corpo mais débil, crônico e machucado a fim de assegurar um trânsito entre esses valores que possibilitam a existência, a passabilidade e a proteção no mundo contemporâneo.

Enviado: 18/07/2020
Aceito para publicação: 19/08/2020

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. 2004. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo.
- ARANTES, Paulo. 2014. O Novo Tempo do Mundo: *e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- BOGIN, Paul *et al.* 2015. “Sex, Sport, IGF-1 and the Community Effect in Height Hypothesis”. *Int. J. Environ. Res. Public Health*, 12, p. 4816-4832.
- BOHUON, Anaïs. 2015. “Gender Verifications in Sport: From an East/West Antagonism to a North/South Antagonism”. *The International Journal of the History of Sport*, 32:7, p. 965-979.
- BOURDIEU, Pierre. 2006. “A ilusão biográfica”. In: Ferreira, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, p. 183-191.
- BOURDIEU, Pierre. 2003. “Como se pode ser desportista?”. In: *Questões de Sociologia*. Lisboa, Fim de Século Edições.
- BUTLER, Judith. 2008. Problemas de Gênero: *feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BUTLER, Judith. 2019. Corpos que Importam: *os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 Edições.
- COSTA, Anacely. 2018. *As (im)possibilidades do desenvolvimento: enquadres da intersexualidade no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- DA HORA PEREIRA, Leonardo. 2013. “Retomar a crítica interna do capitalismo? Revisitando a análise das crises em Problemas de legitimação no capitalismo tardio de Habermas”. *Cadernos de Filosofia Alemã*, n. 21, p. 61-84.
- DAMIANI, Durval; DICTCHEKENIAN, Vaê; SETIAN, Nuvarte. 2000. “O enigma da determinação gonadal: o que existe além do cromossomo Y?”. *Arq Bras Endocrinol Metab*, v. 44, n. 3, p. 248-256.
- DAMIANI, Durval et al. 2005. “Homem XX: relato de três casos na faixa etária pediátrica”. *Arq Bras Endocrinol Metab*, v. 49, n. 1, p. 79-82.
- DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. 2019. “O Gênero da Humilhação: afetos, relações e complexos emocionais”. *Horizontes Antropológicos*, v. 25 (54).
- DOMENICE, Sorahia et al. 2002. “Aspectos Moleculares da Determinação e Diferenciação Sexual”. *Arq Bras Endocrinol Metab*, v. 46, n. 4, p. 433-443.
- EPSTEIN, David. 2013. *The Sports Gene: Inside the Science of Extraordinary Athletic Performance*. New York: Current Hardcover.
- FARIAS, Cláudia. 2011. “Superando barreiras e preconceitos: trajetórias, narrativas e memórias de atletas negras”. *Revista Estudos Feministas*, 19 (3).
- FASSIN, Didier. 2009. “Another Politics of Life is Possible”. *Theory, Culture & Society*, 26 (5), p. 44-60.

- FAUSTO-STERLING, Anne. 2012. *Sex/Gender: biology in a social world*. New York: Routledge.
- FRANÇA, Isadora Lins. 2009. "Ahora, es toda una mujer: un análisis del caso de Edinanci Silva en los medios latinoamericanos". In: Cabral, Mauro (ed.). *Interdicciones: escrituras de la intersexualidad*. Córdoba: Anarrés.
- GREGORI, Maria Filomena. 2010. *Prazeres Perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade*. Tese de Livre Docência, Universidade Estadual de Campinas.
- HENNE, Kathryn. 2014. "The Emergence of Moral Technopreneurialism in Sport: Techniques in Anti-Doping Regulation, 1966–1976". *The International Journal of the History of Sport*, vol. 31, n. 8, p. 884-901.
- KESSLER, Cláudia. 2015. *Mais que barbies e ografas: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- LEE, Peter et al. 2016. "Global Disorders of Sex Development Update since 2006: Perceptions, Approach and Care". *Horm Res Paediatr*, p. 1-23.
- LUGONES, María. 2008. "Colonialidad y Género". *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-101.
- MELLO, Maricilda de; ASSUMPÇÃO, Juliana de; HACKEL, Christine. 2005. "Genes envolvidos na determinação e diferenciação do sexo". *Arq Bras Endocrinol Metab*, v. 49, n. 1, p. 14-25.
- OHNESORG, T; VILAIN, E; SINCLAIR, AH. 2014. "The genetics of disorders of sex development in humans". *Sex Dev.*, v. 8 (5), p. 262-72.
- PIRES, Barbara. 2015. *Distinções do Desenvolvimento Sexual: percursos científicos e atravessamentos políticos em casos de intersexualidade*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PIRES, Barbara. 2016. "As políticas de verificação de sexo/gênero no esporte: intersexualidade, doping, protocolos e resoluções". *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 24.
- PIRES, Barbara. 2020. *A Gestão da Integridade: corpo, sujeição e regulação das variações intersexuais no esporte de alto rendimento*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PISCITELLI, Adriana. 2008. "Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras". *Revista Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274.
- POLLAK, Michael. 1992. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212.
- ROITMAN, Janet. 2014. *Anti-Crisis*. Durham: Duke University Press.
- SILBERMANN, Marcos. 2014. *No Limiar do Humano: doping e performance esportiva em perspectiva antropológica*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SILVEIRA, Viviane; VAZ, Alexandre. 2014. "Doping e controle de feminilidade no esporte". *Cadernos Pagu*, n. 42, p. 447-475.

- SIMPSON, Joe Leigh *et al.* 2000. "Gender Verification in the Olympics". *JAMA*, v. 284 (12).
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org.). 2002. Gestar e Gerir: *estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- THIELE, S. et al. 2005. "Isoenzyme type 1 of 5alpha-reductase is abundantly transcribed in normal human genital skin fibroblasts and may play an important role in masculinization of 5alpha-reductase type 2 deficient males". *Eur. J. Endocrinol.*, v. 152 (6), p. 875-880.
- VELHO, Gilberto. 1988. "Memória, identidade e projeto: uma visão antropológica". *Revista Tempo Brasileiro*, v. 95, p. 119-126.